



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

Processo nº: 29.628/17-e
Jurisdicionada: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF
Assunto: Representação
Órgão Técnico: Secretaria de Acompanhamento – SEACOMP
MPC: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Sessão: Pauta nº 96, S.O. nº 5184, de 10.12.2019
Publicação: DODF nº 232, de 6.12.2019, pág. 11

Ementa: Representação nº 38/2017-CF, com pedido de cautelar, ofertada pelo Ministério Público de Contas, versando sobre possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios que objetivam a contratação de serviços de atendimento médico-veterinário aos cães do Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF.

Conhecimento da exordial, concessão da cautelar pleiteada e abertura de prazo à jurisdicionada para manifestação (Decisão nº 4.755/17-CPM). Envio de esclarecimentos.

Procedência parcial da peça inaugural, determinações ao CBMDF e manutenção da cautelar até ulterior exame do novo Edital do certame (Decisão nº 928/18-CPM). Remessa de documentos.

Determinação ao CBMDF para que comprove, de modo inequívoco, a viabilidade ou não de celebração de convênio com as entidades mencionadas pelo **Parquet** e encaminhe as novas versões do Edital e Termo de Referência; bem como determinação ao IBRAM/DF, responsável pelo Hospital Público Veterinário, para que informe à Corte e ao CBMDF a viabilidade do referido convênio (Decisão nº 3.977/18-CPM). Pronunciamento das jurisdicionadas.

Cumprimento das diligências, considerando suficientes os esclarecimentos quanto à eventual celebração de convênios com os referidos hospitais públicos veterinários; determinações ao Corpo de Bombeiros Militar do DF para que promova ajustes na planilha de custos e se manifeste quanto à: (i) ausência de adoção do sistema de registro de preços; (ii) valores orçados para os itens da planilha de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

custos questionados pelo douto **Parquet**; (iii) previsão de garantia contratual que não encontra amparo na Lei nº 8.666/93; manutenção da suspensão do procedimento licitatório até a ulterior verificação das correções (Decisão nº 1.031/19-CPM).

Remessa de documentos.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere o cumprimento das diligências e a autorização para a continuidade do certame, condicionada à correção das falhas formais verificadas.

O Ministério Público aquiesce em parte, suscitando dúvida quanto à eventual viabilidade de execução apenas parcial dos serviços previstos no futuro contrato.

VOTO de acordo com o Corpo Técnico, com acréscimo de autorizar o arquivamento dos autos após a verificação do atendimento da determinação sugerida pela Unidade Instrutória, com a republicação do Edital e a reabertura de prazos, sem prejuízo de futuras averiguações.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação nº 38/2017-CF, com **pedido de cautelar**, ofertada pelo Ministério Público de Contas, versando sobre possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios que objetivam a contratação de serviços de atendimento médico-veterinário aos cães do Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF (e-doc A5B5D7F3-e e anexos¹).

2. A nobre Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA informou que, ao tomar conhecimento da publicação do Pregão Eletrônico nº 30/17², pediu à Corporação cópia do respectivo processo administrativo³ e constatou o seguinte:

¹ E-docs 3F056012-e, 5ECE2B39-e, F736293F-e, 2BF730ED-e e 93C31E88-e

² O Pregão Eletrônico nº 30/17 versa sobre a contratação de serviços de atendimento médico-veterinário aos cães do Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e o aviso de publicação ocorreu no DODF de 23.6.2017.

³ Foram recebidos os Processos SEI 053-059274/2016, 053-00049284/2017-28 e 053-044978/2015



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

- desde 2014, a jurisdicionada tenta licitar, **sem sucesso**, o mencionado objeto. Nesse período, foram 2 pregões **desertos** (PE nºs 76/14 e 58/16) e um **cancelado** para correções no projeto básico (PE nº 30/17);
- havia falhas na ordem cronológica das peças juntadas: autuação em 22.7.2014; ofícios de solicitação de orçamentos datados de 16.6.2014 e 4.7.2014; Pedido de Execução de Serviços datado de 7.2.2014 (Processo nº 053-044978/15 - PE nº 76/14);
- o aviso de licitação foi publicado com referência ao PE nº 30/16, sobre o qual não há notícias de realização (Processo nº 053-059274/16 - PE nº 30/17);
- afora as impropriedades anteriores, foram verificadas deficiências no atual projeto básico (Processo nº 053-00049284/2017-28): inexistência de programação de consultas preventivas e/ou tratamentos profiláticos; possibilidade de “*jogo de planilha*” em virtude de aglomeração de serviços de rotina com serviços sob demanda; previsão de reembolso à contratada de serviços, medicamentos e materiais não previstos no edital do certame; previsão de pagamento de vacinas antirrábicas, em que pese a existência de campanhas de vacinação anuais gratuitas para a doença; e a previsão de banho dos cães em clínicas veterinárias, em detrimento dos banhos realizados nos batalhões, a custos inferiores;
- o **preço estimado** dos serviços a serem licitados sofreu **incremento de quase 300% em menos de 1 ano** – de R\$ 175 mil para cerca de **R\$ 500 mil** – sem justificativa aparente ou incremento de quantitativos, apresentando diversos itens com sobrepreço quando comparados aos valores praticados em certames similares realizados pela Polícia Rodoviária Federal.

3. Em virtude dos fatos apontados, a Representante do **Parquet** especializado entendeu que deveria ser avaliada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a possibilidade de celebrar convênio com o Hospital Veterinário da Universidade de Brasília, o qual realiza serviços semelhantes a custos inferiores aos de mercado, promovendo a licitação apenas dos serviços que não sejam prestados pelo hospital.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

4. Ao final requereu a solicitação de esclarecimentos à jurisdicionada e a suspensão de qualquer ato visando à abertura de Pregão relativo ao objeto da exordial ou, caso efetivada, a suspensão da adjudicação e/ou assinatura do contrato decorrente ou pagamento dos serviços.

5. Na Sessão de 28.9.2017, o Tribunal conheceu da peça inaugural, **deferiu a cautelar pleiteada** e concedeu prazo à jurisdicionada para se manifestar sobre os fatos narrados (Decisão nº 4.755/17-CPM, e-doc 42442DFB-e).

6. Em cumprimento ao **decisum**, o Corpo de Bombeiros Militar do DF encaminhou o Ofício SEI nº 1582/2017 – CBMDF/GABCG (e-doc 365E4DC2-c e anexo constante do e-doc 5A9B96CC-e).

7. Ato contínuo, a Corte, na Sessão de 8.3.2018, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 928/18 (e-doc A5B952F2-e), **in verbis**:

DECISÃO Nº 928/18 (CPM)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício nº 1582/2017 – CBMDF/GABCG (e-doc 365E4DC2-c, anexo constante do e-doc 5A9B96CC-e), remetido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal em atenção à Decisão nº 4.755/17; II – considerar, no mérito, parcialmente procedente a Representação nº 38/2017-CF; **III – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a promoção das seguintes medidas**, encaminhando ao Tribunal a documentação comprobatória no prazo de 30 (trinta) dias: a) oficie ao Hospital Veterinário da Universidade de Brasília e ao IBRAM/DF, este último em face da intenção de instalar e operacionalizar, ainda neste ano, o Hospital Veterinário Público, com o objetivo de verificar a possibilidade de celebrar eventual ajuste para a prestação dos serviços; b) verifique a possibilidade de utilizar os conhecimentos técnicos de médicos veterinários e/ou a expertise do Hospital Veterinário da Universidade de Brasília no sentido de aperfeiçoar o instrumento editalício; c) comprove, mediante consulta formal à Gerência de Zoonoses do GDF, a impossibilidade de ser fornecido o recibo de vacinação com os dados julgados necessários para fins de transporte aéreo dos cães; d) promova as seguintes medidas saneadoras no Edital e no Termo de Referência da licitação: 1) faça constar a previsão de procedimentos e quantitativos de modo detalhado, em consonância com a provável efetiva demanda, a exemplo da forma descrita pelo Órgão Ministerial, conforme parágrafos 10 a 16 da Informação nº 232/2017; 2) adote medidas para mitigar eventual ocorrência de “jogo de planilha”, a exemplo das sugeridas pelo Corpo Técnico e*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

*pelo "Parquet", junto à corte, entre elas a retirada ou ajuste do item 4.23 do Termo de Referência; 3) providencie, a fim de facilitar a compreensão dos documentos, a segregação dos itens a serem licitados em grupos distintos, conforme registrado nos parágrafos 28 a 31 da Informação nº 232/2017; 4) solucione o conflito verificado entre a redação do item 4.17 do Termo de Referência nº 58/2017 e o item 36 da planilha de composição de custos, relativos ao serviço de táxi-dog, conforme parágrafos 36 e 37 da Informação nº 232/2017; 5) evidencie, na planilha de custos, os valores relativos ao plantão diário de atendimento 24 horas, conforme registrado nos parágrafos 38 e 39 da Informação nº 232/2017; 6) realize ampla pesquisa de preços relativamente aos itens constantes da planilha de custos, a qual deverá contemplar preços públicos de referência e valores obtidos em certames similares, conforme registrado nos parágrafos 56 a 60 da Informação nº 232/2017; 7) delimite explicitamente os eventuais serviços que poderão ser objeto de subcontratação e em quais situações; 8) estabeleça, para itens que possuam uma única demanda durante a vigência do contrato, como a instalação de chip, apenas o quantitativo que será efetivamente utilizado ou apresente justificativas para eventuais quantitativos superiores; 9) revise a periodicidade dos exames e vacinas relativos à leishmaniose, em face das ponderações contidas nos parágrafos 59 e 60 do Parecer nº 145/2018-CF, do Órgão Ministerial, ou apresente as justificativas que entender pertinentes; **IV – manter a medida cautelar** concedida por meio do inciso II, alínea "b", da Decisão nº 4.755/17, até ulterior exame das alterações que serão promovidas no instrumento editalício; V – autorizar: a) o envio de cópia desta decisão, do relatório/voto do Relator, da Informação nº 232/2017 (e-doc 59833E51-e), do Parecer nº 145/2018-CF (e-doc E66F8BD7-e) e dos e-docs 3F056012-e e 5ECE2B39-e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em subsídio ao cumprimento do inciso III supra; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para a adoção das providências pertinentes.*

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Vice-Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente, momentaneamente, a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO."

8. Em 11.4.2018, o CBMDF noticiou as medidas adotadas por intermédio do Ofício SEI-GDF nº 683/2018 – CBMDF/GABCG (e-doc 1C127B53-c).

9. Os documentos foram apreciados na Sessão de 16.8.2018,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

ocasião em que o e. Plenário exarou a Decisão nº 3.977/18-CPM (e-doc 1C4FCF4C-e), assim redigida:

DECISÃO Nº 3.977/18 (CPM)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 683/2018 – CBMDF/GABCG (e-doc 1C127B53-c); II – considerar, em relação à Decisão nº 928/18: a) cumprida a diligência objeto do inciso III, alínea “c”, e parcialmente cumpridas as diligências tratadas no inciso III, alíneas “a” e “b”; b) não atendidas as correções editalícias determinadas por meio do inciso III, alínea “d”; III – **determinar: a) ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1)** comprove, em atenção ao inciso III, alíneas “a” e “b”, da Decisão nº 928/18, de modo inequívoco, a viabilidade ou não de celebração de eventual ajuste para prestação de serviços de atendimento aos cães da Corporação pelo Hospital Veterinário da Universidade de Brasília ou pelo Hospital Veterinário Público, gerido pelo IBRAM/DF, assim como de utilização dos conhecimentos técnicos dos médicos veterinários e/ou expertise das instituições com o objetivo de aperfeiçoar o instrumento editalício; **2)** encaminhe, observado o prévio atendimento do item anterior, as novas versões do Edital e do Termo de Referência, com as correções indicadas no inciso III, alínea “d”, da Decisão nº 928/18; b) ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF que, em atenção ao inciso III, alínea “a”, item 1, informe, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e a este Tribunal, se há a viabilidade de celebração de convênio para fins de atendimento, nas dependências do Hospital Veterinário Público, dos cães do Grupamento de Busca e Salvamento da Corporação; IV – **manter a medida cautelar** concedida por meio do inciso II, alínea “b”, da Decisão nº 4.755/17, até ulterior exame das alterações que serão promovidas no instrumento editalício e do cumprimento das demais medidas determinadas; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e ao Instituto Brasília Ambiental; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para adoção das providências pertinentes.*

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTDF, Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausentes os Conselheiros RENATO RAINHA e PAULO TADEU.”

10. Em atenção à deliberação, manifestaram-se o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, por meio do Ofício SEI-GDF nº 1941/2018 – IBRAM/PRESI (e-doc D5EF8FB5-c). e o Corpo de Bombeiros Militar do DF,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

por intermédio do Ofício nº 2356/2018 – CBMDF/GABCG (e-docs 89902A6A-c e 55E62E79-e).

11. Ao examinar os esclarecimentos, a Corte, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 1.031/19 (e-doc 2CE0F85E-e), **in verbis**:

DECISÃO Nº 1.031/19 (CPM)

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos Ofícios SEI-GDF nºs 1941/2018 – IBRAM/PRESI (e-doc D5EF8FB5-c), e 2356/2018 – CBMDF/GABCG (e-docs 89902A6A-c e 55E62E79-e); II – ter por cumprido o inciso III da Decisão nº 3.977/18; III – **determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes medidas corretivas, encaminhando a esta Corte a respectiva documentação comprobatória: a) promover a correção da planilha de custos unitários do Termo de Referência nº 428/2018-SEPEC/DIMAT, conforme análise tecida na Informação nº 6/19 – DIACOMP1 (e-doc C6695518-e); b) apresentar esclarecimentos quanto à viabilidade da adoção do Sistema de Registro de Preços e aos valores orçados para alguns dos itens da planilha de custos do Termo de Referência, consoante apontamentos do relatório/voto do Relator e do Parecer nº 138/2019-CF; c) promover a revisão da redação do subitem 9.3 (garantia contratual) do Termo de Referência, por não encontrar amparo no art. 56 da Lei nº 8.666/93 e se tratar, s.m.j, de obrigação da futura empresa contratada; IV – **manter a medida cautelar** concedida pela Decisão nº 4.755/17 (inciso II, alínea “b”), até ulterior exame das alterações que serão promovidas no instrumento editalício e do cumprimento das demais medidas determinadas; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e ao Instituto Brasília Ambiental; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para adoção das providências pertinentes.***

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro PAULO TADEU.” (grifei)

12. Em atendimento à decisão, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal encaminhou, em 11.6.2019, o Ofício SEI-GDF nº 1063/2019 – CBMDF/GABCG (e-doc 54335416-c).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

13. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 57/2019 – DIASP1 (e-doc F61068DF-e), de 30.9.2019, analisa a matéria, nos termos seguintes:

“I – Acerca do cumprimento do item III-a¹⁰ da Decisão nº 1.031/2019.

13. Em atendimento ao item III-a, o CBMDF esclareceu que foram feitas modificações no Termo de Referência nº 428/2018-SEPEC/DIMAT¹¹ e na planilha de custos, consolidando-as na minuta do Edital de Pregão Eletrônico nº 40/2017¹².

Análise

14. Como apontado na Informação nº 6/19 – DIACOMP1 (e-DOC C6695518-e, §§ 51/54), na Planilha de Custos Unitários do Termo de Referência nº 428/2018¹³ encaminhado em atenção à Decisão nº 3.977/2018, havia erros de totalização nos grupos ‘Serviços Ordinários’ (itens 1 a 23) e ‘Serviços Extraordinários’ (itens 29 a 57), pois os serviços estavam sendo somados em duplicidade.

15. Na nova versão do Termo de Referência nº 428/2018¹⁴, efetuou-se a correção dos dados e o valor **dos serviços e medicamentos ordinários** passou de R\$ 618.667,89 para R\$ 314.905,60 anuais.

Tabela 1 – Correção dos valores da Planilha de Custos do Termo de Referência nº 428/2018.

	Planilha anterior de Custos Unitários do Termo de Referência nº 428/2018 (e-DOC 55E62E79-c) ¹⁵	Nova Planilha de Custos do Termo de Referência nº 428/2018 (e-DOC EE9C6320) ¹⁶	Quantidade de Itens do item/Quantidade de itens total
Serviços ordinários (itens 1 a 23)	146.140,00	73.070,00	23/57 = 40,35%
Medicamentos ordinários (24 a 28)	6.172,90	6.172,90	5/57 = 8,77%

¹⁰ Item 3-a: “promover a correção da planilha de custos unitários do Termo de Referência nº 428/2018-SEPEC/DIMAT, conforme análise tecida na Informação nº 6/19 – DIACOMP1 (e-DOC C6695518-e),”

¹¹ e-DOC EE9C6320.

¹² Ofício SEI-GEF nº 1063/2019-CBMDF/GABCG, e-DOC 5433416-c.

¹³ e-DOC 55E62E79-c, fl. 23.

¹⁴ Documento associado ao processo (anexo VIII).

¹⁵ Termo de Referência/Planilha encaminhado em atendimento à Decisão n. 3.977/2018.

¹⁶ Termo de Referência/Planilha encaminhado em resposta à Decisão nº 1.031/2018.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

Serviços extraordinários (itens 29 a 57)	466.354,99	235.662,70	28/57 = 49,12%
Total Geral	618.667,89	314.905,60	100%

16. Tendo em conta que foram saneadas as falhas apontadas, considera-se atendido o item III-a da Decisão nº 1.031/2019.

II – Acerca do cumprimento do item III-b¹⁷ da Decisão nº 1.031/2019.

17. No item III-b foram solicitadas informações acerca da possibilidade de ser adotado o Sistema de Registro de Preços e esclarecimentos acerca da estimativa de dois itens da planilha do Termo de Referência nº 428/2018¹⁸ (eDOC 55E62E79-c).

18. Conforme prevê o art. 15 da Lei nº 8.666/1993 c/c o Decreto nº 39.453/2018, o sistema de registro de preços **poderá** ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa **for conveniente**;

III - quando for **conveniente** a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

19. A par desses dispositivos legais, o jurisdicionado esclareceu que a justificativa para a não utilização do sistema de registro de preços consta no item 6 do Termo de Referência nº 428/2018¹⁹ no qual, em síntese, nenhuma das possibilidades previstas para a adoção discricionária do sistema de registro de preços se configuraria:

“6. JUSTIFICATIVA DA NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A opção pelo Sistema de Registro de Preços para a presente

¹⁷ “b) apresentar esclarecimentos quanto à viabilidade da adoção do Sistema de Registro de Preços e aos valores orçados para alguns dos itens da planilha de custos do Termo de Referência, consoante apontamentos do relatório/voto do Relator e do Parecer nº 138/2019-CF.”

¹⁸ Termo de Referência encaminhado em atendimento à Decisão nº 3.977/2018.

¹⁹ Documento associado ao processo (anexo VIII).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

contratação pode ser dispensada visto não haver incidência direta de qualquer dos incisos do art. 3º do Decreto do DF nº 39.103/2018. Inicialmente, deve ser ressaltado que, tendo em vista a natureza do objeto, foi possível ao CBMDF definir previamente a demanda quanto aos serviços ordinários que devem ser contratados. Não há que se falar, portanto, em subsunção ao art. 3º, IV, do regulamento.

Deve ser observado, ainda, que a contratação almejada deve se caracterizar pela continuidade dos serviços. (...)

Isto posto, principalmente a possibilidade de emprego dos cães a qualquer instante do dia e da semana, é inegável que o serviço almejado traz as características de serviço contínuo. (...)

Como discorrido, a contratação é essencial, visto a necessária existência e manutenção dos serviços veterinários. Uma eventual paralisação dos serviços veterinários pode implicar em prejuízo ao exercício das atividades de busca e resgate com cães. (...)

Ressalte-se, ainda, que os serviços devem ser prestados de forma habitual, rotineira. Alguns serviços devem estar disponíveis, também, de modo permanente. Diante desse cenário, evidencia-se a natureza contínua da futura contratação.

(...)

Evidencia-se, portanto, a natureza contínua da presente contratação. Não cabe a subsunção ao art. 3º, I, II e III do Decreto Distrital nº 39.103/2018. Essa conclusão é peremptória quando observado que o objeto não comporta contratações frequentes ou mesmo entregas parceladas, visto que o CBMDF necessita de um contrato com serviços preventivos e, também, serviços emergenciais com disponibilidade imediata; em igual sentido, a necessidade da contratação, nos moldes definidos, é adstrita ao CBMDF, visto que os cães atuam em atividades específicas de busca e resgate.

Assim sendo, com a devida venia, verifica-se que a caracterização do contrato de serviço contínuo provê para a administração uma melhor solução. Como já discorrido, alguns serviços serão prestados de forma preventiva enquanto outros serão prestados de forma emergencial, ambos tendo em vista a disponibilidade dos cães para os serviços de socorro do CBMDF.

Ante o exposto, conclui-se pela inaplicabilidade do sistema de registro de preços para a contratação do objeto.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

20. Conforme constante do Termo de Referência nº 428/2018SEPEC/DIMAT²⁰, foi esclarecido que a contratação almejada tem as características de serviço contínuo.

21. Vale destacar que, **anteriormente**, no Ofício nº OFÍCIO Nº. 1582/2017 - CBMDF (e-DOC 365E4DC2-c), de outubro/2017, registrou-se a intenção de se contratar uma única clínica, que seria remunerada após a requisição e prestação do serviço:

“A licitação está para “prestação de serviço veterinário”, sendo que a tabela em tela é apenas a composição de custos. Portanto, somente haverá uma clínica vencedora. O serviço será pago para aquilo que for requisitado e devidamente prestado. Sendo incabível a contratação de diversas clínicas, visto que nada adianta a Corporação ter o serviço e não ter os medicamentos ou vice-versa.”

22. Quanto à outra diligência contida no item III-b da Decisão nº 1.031/2019, referente aos valores orçados para alguns dos itens da planilha de custos (consulta e diária de internação) foi esclarecido, em síntese, que foram feitas as pesquisas de preço necessárias e os valores seriam inferiores aos praticados no âmbito da administração pública.

23. Ressaltou-se, ainda, que os preços dos serviços oferecidos em outras unidades da Federação podem não ser exequíveis no DF²¹:

“Conforme dito anteriormente, as valores para as serviços a serem prestados foram obtidos de uma consulta a preços públicos, conforme planilha de Custos Unitários no Anexo I ao Termo de Referência no edital nº 40/2017. Na referida planilha é apresentada a UASG e nº do Pregão Eletrônico que serviu de base para a pesquisa.” (...)

“informo que o setor competente para tratar a matéria no CBMDF (Diretoria de Materiais e Serviços) apresentou a justificativa para os valores apontados no Parecer nº 138/2019-CF no Memorando nº 988/2019 - CBMDF/DIMAT/SEPEC (2263292), nos seguintes termos:

1) No referente à afirmação “24. Afora isso, comparando os preços da planilha do CBMDF com a Tabela de Referência de Preços do Hospital Veterinário Público – HVEP, percebe-se uma significativa diferença de valores. Por exemplo: uma consulta na clínica médica do HVEP resultaria num ressarcimento por parte do CBMDF de R\$ 36,00, enquanto a Planilha da licitação prevê R\$ 138,89; outro exemplo: a diária de internação no HVEP custaria 115,00, por sua vez, na

²⁰ Documento associado ao processo (anexo VIII).

²¹ e-DOC 54335416-c, fls. 2 e 3.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

planilha consta R\$ 360,00."

No referente a afirmação "25. Consultando o PE 003/2017 PRF, acima referido, observa-se que o valor de uma consulta na clínica médica era de R\$ 80,00 e de uma diária de internação diária de R\$ 130,00, mesmo sendo de 2017, os valores não poderiam ser tão discrepantes dos utilizados agora pelo CBMDF".

A pesquisa de preços (...) foi confeccionada segundo as regras da Portaria nº 029 do CBMDF, já que, se fosse realizada de acordo com o previsto no Decreto GDF nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, e seu normativo regulador (Portaria nº 514 de 16 de novembro de 2018), teríamos um valor unitário ainda maior.

(..) para o item 'Consulta na clínica veterinária' foram utilizados os seguintes valores: R\$ 150,00 (oriundo de pesquisa no site da Nota Fiscal Eletrônica do GDF - Mapa de Preços 22763257), anexo(4) + R\$ 130,00 + R\$ 185,00 + R\$ 190,00 (...). Com isso, a valor médio unitário ficaria em R\$ 163,25, revelando-se ser um valor superior ao previsto na planilha do Termo de Referência que é de R\$ 138,89.

Já para o item "Diária de internação" foram considerados os seguintes valores: RS 415,00 (oriundo do site Comprasnet 22763257) + R\$ 350,00 + R\$ 500,00 + R\$ 490,00 (oriundos dos orçamentos constantes nos documentos de protocolo nº 1543724, 1543741(6) e 1543772). Com isso, o valor médio unitário ficaria em revelando-se ser um valor superior ao previsto no Termo de Referência, é de R\$ 360,00.

(...)

No referente a afirmação "25. Consultando o PE 003/2017 PRF, acima referido, observa-se que o valor de uma consulta na clínica médica era de R\$ 80,00 e de uma diária de internação clínica de R\$ 130,00, mesmo sendo de 2017, as valores não poderiam ser tão discrepantes dos utilizados agora pelo CBMDF".

Há de se considerar que o serviço prestado em outra UF não necessariamente retrata a realidade dos valores cobrados no Distrito Federal, principalmente quando o ano de comparativo, não se trata do corrente. A diferença nos valores para as tens "Consulta na clínica médica" (R\$ 80,00) e "Diária de internação clínica" (R\$ 130,00), podem ser inexequíveis para o Distrito Federal. Prova disso é que, consultado o site da Nota Fiscal Eletrônica no DF, o valor da consulta ficou em 150,00 (cento e cinquenta reais). Infelizmente, não se conseguiu balizar valores para o item "Diária de internação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

clínica" utilizando-se a mesma metodologia.

Por fim, certamente, para o ano de 2019, os valores referentes à prestação dos referidos serviços (R\$ 80,00 e R\$ 130,00) não serão atrativos para as empresas do ramo, situadas no Distrito Federal.

No referente a afirmação "Nesse sentido, como os valores dos itens mencionados no Parecer nº 138/2019-CF não foram modificados na Planilha de Custos (como se observa no Anexo I ao Termo de Referência no Edital nº 40/2017, resta esclarecer como se chegou a eles, nos termos citados no Parecer do MPCDF".

Análise

a) Acerca da utilização de um Sistema de Registro de Preços

24. No voto do Ilmo. Conselheiro Paiva Martins²² foram destacados alguns questionamentos do MPJTCDF acerca do tema, em especial acerca da possibilidade de promover a contratação via Sistema de Registro de Preços e do parâmetro utilizado para a estimativa de dois itens constantes no Termo de Referência.

25. Na resposta agora apresentada, o CBMDF justifica que a adoção do sistema de registro de preços para o objeto pretendido não estaria contemplada nas hipóteses indicadas no Decreto nº 39.453/2018, pois o serviço a ser contratado seria primordialmente os classificados no TR como sendo do "tipo ordinário", cujos quantitativos e periodicidades estão definidos no Termo de Referência.

26. Apesar de estarem relacionados diversos serviços eventuais nas tabelas do Item 03 – SERVIÇOS (EXTRORDINÁRIOS) e do Item 04 – MEDICAMENTOS (EXTRAORDINÁRIOS), entende-se que no decorrer da contratação a ocorrência de tais eventos, na sua maioria procedimentos cirúrgicos e exames, não será representativa a ponto de trazer incerteza na execução dos serviços.

27. Tomando por base o valor dos serviços do "tipo ordinário" (serviços e medicamentos), cuja execução é certa e em quantidades predeterminadas, têm que o valor a ser pago mensalmente por animal está estimado em R\$ 660,35²³.

28. Dessa forma entende-se suficientes os esclarecimentos apresentados pelo CBMDF quanto à determinação constante do item III-b, no que se refere à não adoção do sistema de registro de

²² e-Doc 19B6BB84-e, pág. 18 a 23.

²³ Conforme a planilha de custos unitários (Anexo IV), temos: Total de Serviços Ordinários: (73070 + 6172,90)/12= R\$ 6.603,50 mensais, o que dividindo pelo total de cães (10), equivale a R\$ 660,03.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

preços.

b) Acerca dos custos unitários no Termo de Referência nº 428/2018

29. Quanto aos esclarecimentos acerca de dois itens de custos unitários constantes do Termo de Referência, no caso consulta e internação, em síntese, o jurisdicionado afirmou que realizou as pesquisas de preço necessárias e adotou a melhor opção, tendo sido obtidos os preços constantes no Anexo I do Termo de Referência encaminhado²⁴.

30. Para o item ‘consulta em horário comercial’, foi arbitrado o valor de R\$ 138,00 referente ao Pregão Eletrônico 12/2018, pois, segundo afirmado pelo CBMDF, caso fosse utilizada a metodologia trazida no Decreto nº 39.453/2018, o valor seria superior.

31. Não obstante, verifica-se que o CBMDF se equivocou ao privilegiar no cálculo exemplificativo, utilizado para validar sua afirmação, valores oriundos de consulta direta a fornecedores. Isso porque, verifica-se que haviam outras fontes de preços públicos disponíveis nos pregões utilizados como base para a pesquisa de preços, quais sejam²⁵: a) Pregão nº 5/2018 (11ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal; b) Pregão nº 12/2018 (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense/Campus Camboriú; c) Pregão nº 9/2018 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal; d) Pregão nº 2/2018 Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Itajaí/SC.

32. Assim, se considerarmos os preços constantes dos pregões utilizados como base para a pesquisa de preços e o preço constante da Nota Fiscal Eletrônica do GDF (R\$ 150,00), chegar-se-ia a um (novo) valor estimado de R\$ 133,59 para o item ‘consulta em horário comercial’ (Tabela 1), ou seja, inferior ao valor cotado inicialmente (R\$ 138,00).

Tabela 1 – Preços dos distintos pregões para consulta veterinária

	PE 5/2018	PE 12/2018	PE 9/2018	PE 2/2018	Nota Fiscal Eletrônica GDF	Novo Preço Médio
1- Consulta em horário comercial – realizada por médico veterinário em clínica de atendimento 24 hs.	R\$ 110,00	R\$ 138,89	R\$ 135,47	---	R\$ 150,00	R\$ 133,59

33. Quanto ao item ‘diária de internação’, o valor orçado (R\$

²⁴ Documento associado ao processo (Anexo IV).

²⁵ Documento associado ao processo (Anexo IV).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

360,00) representa a mediana (e praticamente igual ao valor médio) dos preços observados em clínicas do DF, e em outros pregões que serviram de base de para a pesquisa de preços utilizada pelo CBMDF.

Tabela 2 - Preços de Diária de Internação

PE 5/2018	PE 12/2018	PE 9/2018	PE 2/2018	ClinVip	Mundo dos Pets	PE 14/2018- Bahia	ValorMédio	Mediana
R\$ 285,00	R\$ 290,00	R\$ 360,00	R\$ 200,00	R\$ 490,00	R\$ 500,00	R\$ 415,00	362,85	360,00

34. A estimativa dos preços constantes do Termo de Referência nº 428/2018 deve obedecer ao art. 8º do Decreto n.º 39.453/2018:

Art. 8º O valor de referência de cada item será o menor preço ou o maior percentual de desconto obtido após o cálculo da média final e mediana final dos valores válidos contidos na pesquisa de preços, conforme o critério de julgamento estabelecido em edital.

35. Observa-se, contudo, que não há no material encaminhado pelo CBMDF justificativa para o aproveitamento parcial da pesquisa de preços públicos para os referidos itens. Contudo, as estimativas são compatíveis com o disposto no referido decreto.

36. Por fim, o CBMDF esclareceu que os preços constantes em outros pregões e de outras unidades da federação não refletem necessariamente a realidade do DF.

37. Assim, apesar de o CBMDF haver informado que não conseguiu obter preços públicos para o serviço Diária de Internação Clínica, observou-se uma grande variação de preços (Tabela 2). Portanto, entende-se que os esclarecimentos apresentados pelo CBMDF são suficientes, mesmo porque os valores adotados são compatíveis com o Decreto nº 39.453/2018.

38. Vale registrar que ao se comparar itens constantes no item 3.19 do Anexo I do Termo de Referência nº 428/2018²⁶ com a minuta do Pregão Eletrônico nº 40/2017²⁷, foram identificados possíveis falhas formais como serviços com classificação incorreta e itens em duplicidade²⁸.

²⁶ e-DOC EE9C6320-e.

²⁷ e-DOC C0598C18, fl. 34.

²⁸ e-DOC A0056B05.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

INCONSISTÊNCIAS NA MINUTA DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 40/2017 E NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA nº 428/2018					
Documento	e-Doc	Item	Serviço	Classificação	Inconsistências
i Minuta do Pregão Eletrônico	e-DOC C0598C18	51	Transporte de cães horário comercial	Extraordinário	Classificação, em princípio, incorreta. Se a consulta fora do horário comercial foi considerada como um serviço extraordinário, o transporte em horário comercial teria que ser classificado como ordinário.
ii Minuta do Pregão Eletrônico	e-DOC C0598C18	56	Procedimento e aplicação de vermífugos	Extraordinário	Serviço em duplicidade e no item 56 classificado incorretamente como extraordinário
Minuta do Pregão Eletrônico	e-DOC C0598C18	15	Procedimento e aplicação de vermífugos	Ordinário	
iii Minuta do Pregão Eletrônico	e-DOC C0598C18	7	Exame laboratorial pesquisa de hematozoários	Ordinário	Serviços em duplicidade
Minuta do Pregão Eletrônico	e-DOC C0598C18	9	Exame laboratorial de pesquisa de hematozoários	Ordinário	
iv Anexo I do Termo de Referência	E-DOC E95C9320	22 e 28	Saracids: Á base de Amitraz (Triatex ou similar) frasco de 40 ml	Serviço Ordinário	Serviços em duplicidade
			Saracids: Á base de Amitraz (Triatex ou similar) frasco de 40 ml	Medicamento Ordinário	

39. Dado o exposto, tendo em vista os esclarecimentos acerca da não adoção do Sistema de Registro de Preços e também acerca dos custos unitários dos serviços de internação e de consulta veterinária, considera-se atendido o item III-b da Decisão nº 1130/2019.

40. Quanto às possíveis inconsistências, identificadas no quadro do § 38, sugere-se determinar ao CBMDF que, se for o caso, promova a correção da planilha estimativa, suprimindo os itens em duplicidade e realocando o item 51 no grupo de serviços correto, quando da elaboração da planilha de custos definitiva. Contudo, por se tratar de falhas meramente formais, entende-se não haver óbice para que seja desde já autorizado o prosseguimento do certame.

III – Acerca do cumprimento do item III-c da Decisão nº 1.031/2019.

41. Quanto ao atendimento ao item III-c, determinou-se ao CBMDF que procedesse à revisão do subitem 9.3 do Termo de Referência - Garantia Contratual -, pois a redação anterior descreveria uma obrigação da futura contratada que, interpretada como garantia contratual, careceria de amparo legal (art. 56 da Lei nº 8.666/93):

7 “9.3. Garantia Contratual

A empresa prestadora do serviço deverá fornecer garantia dos serviços realizados, mediante apresentação de certificado de Funcionamento do Conselho Regional de Medicina Veterinária, bem como uma relação de médicos e funcionários com respectivos registros legais para controle do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, sob as penas da Lei, no prazo de vigência do contrato, obrigando-se a proponente a efetuar, a qualquer tempo, os reparos ou substituições de materiais e pessoal que apresentem divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a contratante, necessários à adequada execução do contrato.”

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;

Análise

42. Assim, como informado no Ofício SEI-GDF nº 1.063/2019CBMDF/GABCG, no novo Termo de Referência encaminhado²⁹ foi suprimida a redação referente à Garantia Contratual constante no termo anterior³⁰.

43. Por conseguinte, considera-se atendido o item III-c da Decisão nº 1.301/2019.”

14. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento dos Ofícios SEI-GDF nº 742/2019-CBMDF/GABCG e SEI-GDF nº 1.063/2019-CBMDF/GABCG (e-DOC 54335416-c), encaminhados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF;

II. considere cumpridas as diligências determinadas no item III da Decisão nº 1.031/2019;

III. determine ao CMBDF que corrija as inconsistências identificadas no item 3.19 do Termo de Referência nº 48/2018 e no Anexo I da Minuta do Pregão Eletrônico nº 40/2017, relativas à duplicidade e classificação inadequada dos serviços, conforme indicado no quadro do § 38 da Informação nº 57/2019, informando o Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das medidas adotadas;

IV. autorize:

a) o prosseguimento do certame, após a adoção da medida corretiva indicada no item III desta decisão;

b) o envio da presente Informação, do relatório/voto do Relator e da Decisão que vier a ser proferida ao CBMDF;

c) o retorno dos autos à SEASP para as providências de estilo.”

²⁹ e-DOC A0056B05.

³⁰ item 9.3 do e-DOC 55E62E79-c.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

15. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 758/2019-CF (e-doc 3ABA8DA9-e), de 21.11.2019, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, diverge parcialmente da Unidade Instrutória. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

“18. Com a correção da planilha de custos determinada pelo item “III.a”, verifica-se que o valor total anual baixou de R\$ 618.667,89 para R\$ 314.905,60, desses, R\$ 79.242,90 referem-se a serviços e medicamentos ordinários e a diferença, R\$ 235.662,70, a serviços extraordinários.

19. Conforme afirmado pelo CBMDF, no item 6 do Termo de Referência 428/18 consta a justificativa para a escolha não recair sobre o Sistema de Registro de Preços.

20. Caso aceite esse argumento, a dúvida que surge é: caso o contrato seja assinado pelo valor estimado de R\$ 314.905,60, poderia o CBMDF executar apenas R\$ 79.242,90”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

VOTO

16. Nesta fase, analisa-se o cumprimento do inciso III da Decisão nº 1.031/19-CPM, por meio do qual o Tribunal determinou ao Corpo de Bombeiros Militar do DF que, *“no prazo de 30 (trinta) dias, adotasse as seguintes medidas corretivas, encaminhando a esta Corte a respectiva documentação comprobatória”*:

a) promover a correção da planilha de custos unitários do Termo de Referência nº 428/2018-SEPEC/DIMAT, conforme análise tecida na Informação nº 6/19 – DIACOMP1 (e-doc C6695518-e);

b) apresentar esclarecimentos quanto à viabilidade da adoção do Sistema de Registro de Preços e aos valores orçados para alguns dos itens da planilha de custos do Termo de Referência, consoante apontamentos do relatório/voto do Relator e do Parecer nº 138/2019-CF;

c) promover a revisão da redação do subitem 9.3 (garantia contratual) do Termo de Referência, por não encontrar amparo no art. 56 da Lei nº 8.666/93 e se tratar, s.m.j, de obrigação da futura empresa contratada; [...]”

17. O Corpo Técnico, entendendo que as diligências foram atendidas, sugere a continuidade do procedimento licitatório, condicionada à correção de inconsistências pontuais identificadas no Termo de Referência.

18. O **Parquet** especializado diverge, suscitando a seguinte dúvida a respeito da possibilidade de execução parcial dos serviços que serão objeto do futuro contrato:

“18. Com a correção da planilha de custos determinada pelo item “III.a”, verifica-se que o valor total anual baixou de R\$ 618.667,89 para R\$ 314.905,60, desses, R\$ 79.242,90 referem-se a serviços e medicamentos ordinários e a diferença, R\$ 235.662,70, a serviços extraordinários.

19. Conforme afirmado pelo CBMDF, no item 6 do Termo de Referência 428/18 consta a justificativa para a escolha não recair sobre o Sistema de Registro de Preços.

20. Caso aceite esse argumento, a dúvida que surge é: caso o contrato seja assinado pelo valor estimado de R\$ 314.905,60, poderia o CBMDF executar apenas R\$ 79.242,90”

19. Passa-se à apreciação da matéria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

20. Visando ao atendimento da deliberação, o Corpo de Bombeiros Militar do DF encaminhou as **novas versões**⁴ do Edital, Termo de Referência e da planilha de custos unitários do certame.

21. Em consulta aos documentos, observa-se que, em atenção ao inciso **III.a** (correção da planilha de custos unitários), a planilha de custos unitários foi revisada, reduzindo o valor anual estimado para o certame de **R\$ 618.667,89 para R\$ 374.905,60**.

22. Já em cumprimento ao inciso **III.c** (revisão da redação do subitem 9.3 - garantia contratual), a Corporação suprimiu, no novo Termo de Referência, a redação até então constante do subitem 9.3, sanando a falha inicialmente verificada por esta Corte.

23. Com relação ao inciso **III.b** (esclarecimentos quanto à viabilidade da adoção do Sistema de Registro de Preços e aos valores orçados para alguns dos itens), são pertinentes as justificativas da jurisdição para não adotar o sistema de registros de preços, ante a comprovação de que o objeto do certame se refere à contratação de **serviços contínuos** de atendimento médico-veterinário para os cães do Grupamento de Busca e Salvamento, atividade que deverá ser prestada de forma **habitual e rotineira**, não podendo sofrer solução de continuidade.

24. Nesse contexto, a dúvida suscitada pelo Ministério Público de Contas – possibilidade de execução apenas parcial dos serviços – não deve prosperar, por se tratar de cenário que pode ou não se concretizar. Ademais, nota-se que o item 3.19 do Termo de Referência especifica, para fins de prévio conhecimento das licitantes, as **características e quantitativos** dos serviços ordinários, com acréscimo da **periodicidade** de realização, e extraordinários⁵, a serem eventualmente demandados, assim como os critérios de pagamento.

25. Saliencia-se que situação similar ocorre em contratos de TIC, seja de fábrica de software ou de atividades de sustentação de infraestrutura, nos quais, apesar de ser prevista uma demanda mensal, não há garantias de que a totalidade dos serviços que compõem o valor global do contrato seja efetivamente requisitada durante o período de vigência do ajuste.

26. Ainda quanto ao inciso **III.b** da deliberação, o exame tecido pela Unidade Instrutória evidenciou que os valores orçados para os itens⁶

⁴ Anexos **III**, **IV** e **VIII** do Ofício nº Ofício SEI-GDF nº 1063/2019 – CBMDF/GABCG, **respectivamente**. Disponíveis na aba “**Associados**” do sistema e-TCDF.

⁵ Majoritariamente procedimentos cirúrgicos, exames de imagem e anestésias, entre outros.

⁶ Consulta médica em horário comercial e diária de internação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

questionados na fase anterior pelo Órgão Ministerial estão em conformidade com as disposições do Decreto Distrital nº 39.453/18⁷.

27. Portanto, conclui-se que as diligências determinadas por esta Corte por meio do inciso III da Decisão nº 1.031/19-CPM foram devidamente atendidas pela jurisdicionada.

28. Contudo, o Corpo Técnico identificou possíveis falhas formais atinentes à classificação de alguns dos serviços previstos, consoante quadro a seguir:

INCONSISTÊNCIAS NA MINUTA DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 40/2017 E NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA nº 428/2018						
	Documento	e-Doc	Item	Serviço	Classificação	Inconsistências
i	Minuta do Pregão Eletrônico	e-DOC C0598C18	51	Transporte de cães horário comercial	Extraordinário	Classificação, em princípio, incorreta. Se a consulta for do horário comercial foi considerada como um serviço extraordinário, o transporte em horário comercial teria que ser classificado como ordinário.
ii	Minuta do Pregão Eletrônico	e-DOC C0598C18	56	Procedimento e aplicação de vermífugos	Extraordinário	Serviço em duplicidade e no item 56 classificado incorretamente como extraordinário
	Minuta do Pregão Eletrônico	e-DOC C0598C18	15	Procedimento e aplicação de vermífugos	Ordinário	
iii	Minuta do Pregão Eletrônico	e-DOC C0598C18	7	Exame laboratorial pesquisa de hematozoários	Ordinário	Serviços em duplicidade
			9	Exame laboratorial de pesquisa de hematozoários	Ordinário	
iv	Anexo I do Termo de Referência	E-DOC EE9C6320	22 e 28	Sarmicida: À base de Amitraz (Triatox ou similar) fraco de 40 ml	Serviço Ordinário	Serviços em duplicidade
				Sarmicida: À base de Amitraz (Triatox ou similar) fraco de 40 ml	Medicamento Ordinário	

29. Em decorrência deste fato, deve-se determinar à Corporação a correção das impropriedades e a remessa da respectiva documentação comprobatória a este Tribunal de Contas, sem prejuízo de autorizar, desde já, a continuidade do certame e posterior arquivamento dos autos, **condicionada** ao cumprimento da diligência e à republicação do Edital, com a reabertura dos prazos, sem prejuízo de futuras averiguações.

Ante o exposto, de acordo com o Corpo Técnico, VOTO, com ajustes redacionais, no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 1063/2019 – CBMDF/GABCG (e-doc 54335416-c).

II. tenha por cumprido o inciso III da Decisão nº 1.031/19;

III. determine ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, corrija as inconsistências identificadas no item 3.19 do Termo de

⁷ Regulamenta a Lei distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 29.628/17-e

Referência nº 48/2018 e no Anexo I da Minuta do Pregão Eletrônico nº 40/2017, relativas à duplicidade e classificação inadequada dos serviços, conforme indicado no quadro do § 38 da Informação nº 57/2019 – DIASP1, encaminhando a esta Corte a respectiva documentação comprobatória;

V. autorize:

a) a continuidade do certame, após a adoção da medida corretiva indicada no inciso III supra, com a republicação do Edital e a reabertura do prazo para a apresentação de propostas, nos termos do art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93;

b) o envio de cópia Informação nº 57/2019 – DIASP1 (e-doc F61068DF-e), deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para a adoção das providências pertinentes e posterior arquivamento, **após a verificação do atendimento do inciso III supra**, sem prejuízo de futuras averiguações.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2019.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada